



Macroprojeto *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*
Projeto de Criação e Editoração do Periódico Científico Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, de autoria da Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos.

Editora: Prof.^a Dra. Valdecí dos Santos (Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) *Bio-Tanato-Educação: Interfaces Formativas*) - <http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>
<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>

Revista indexada em:

NACIONAL

WEBQUALIS - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> - da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Ministério de Educação - Brasil), em **nové** (atualizado em 27/out./2013) subáreas do conhecimento (conforme tabela da CAPES/2012): Ciências Biológicas: Ciências Biológicas II (**C**), Ciências Humanas: História (**B4**), Ciências Humanas: Geografia (**B4**), Ciências Humanas: Psicologia (**B3**), Ciências Humanas: Educação (**B4**), Linguística, Letras e Artes: Letras/Linguística (**B4**), Linguística, Letras e Artes: Artes/Música (**B5**), Multidisciplinar: Ensino: Ensino de Ciências e Matemática (**B2**), Multidisciplinar: Biotecnologia (**C**).
GeoDados - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

INTERNACIONAL




CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) - <http://www.crefal.edu.mx>
DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>
GOOGLE SCHOLAR - <http://scholar.google.com.br>
IRESIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>
LATINDEX (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

n. 15 (jul. – dez. 2013), dez./2013

SE EU RECICLAR POSSO CONSUMIR?

IF I RECYCLE, CAN I CONSUME?

Mônica Ismerim Barreto

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) 
Professora das redes Estadual e Municipal de Educação de Sergipe 
Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Ciências 

Email: monicaismerim@gmail.com

Artigo recebido em 30/ago./2013. Aceito para publicação em 28/out./2013. Publicado em 20/dez./2013.

COMO CITAR O ARTIGO: BARRETO, Mônica Ismerim. Se eu reciclar posso consumir? In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 15 (jul. – dez. 2013), Feira de Santana – Bahia (Brasil), dez./2013. p. 268-286. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: DIA mês ANO.

RESUMO

A pedagogia dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar) apresenta uma hierarquia, na qual se coloca como prioritário o item que causa menos dano ao ambiente: Reduzir o Consumo. Só depois, deve-se pensar em Reutilizar e por último Reciclar. Essa sequência está relacionada a um menor dano ambiental, pois, ao Reduzir o consumo, retira-se menos material do ambiente. Ao Reutilizar, reduz-se, em parte, o que se retira do ambiente, mas o consumo inicial já existiu. A Reciclagem é o último dos 3 R's, visto que a realização desse princípio envolve gasto de água e energia e retira material do ambiente. Embora a Reciclagem seja o último dos 3 R's, é o mais enfatizado. Isso porque pretende se passar a ideia de que é possível consumir, desde que o produto seja Reciclável. O consumismo vale-se também da Obsolescência planejada que é uma estratégia utilizada para que troquemos produtos com frequência, mesmo que ainda sirvam. Essa estratégia induz ao consumismo, pois apresenta produtos com 'validade programada' (quebram ou o modelo adquirido torna-se obsoleto em pouco tempo). Assim, quando o produto adquirido não serve mais, compra-se um novo. Essa estratégia é uma forma de induzir o descarte de produtos e estimular o consumo de novos. A Obsolescência planejada e a ênfase dada à Reciclagem (em detrimento à Redução de consumo) são estratégias que reforçam o descarte e consumismo. Para tentar desvelar essas estratégias do Conservadorismo dinâmico precisamos de uma Educação Ambiental que priorize a reflexão e compreensão dos processos e atividades referentes às questões ambientais. Palavras-chave: consumo, obsolescência planejada, reduzir, reutilizar, reciclar.

269

ABSTRACT

The education of 3R's (reduce, reuse, recycle), it shows a hierarchy, which arises as a priority item that causes less damage to the environment: reduce consumption. Only then should think of reuse and recycle. This sequence is related with a lower environmental damage, reduce the consumption removes less material from environment. Reuse materials reduces half of that remove from the environment, but the initial consumption had already existed. Recycling is the last of the 3R's because doing this principle involves expenditure of energy, water and removes material from the environment. Although recycling is the last of 3R's is the most emphasized. That is because if you want to give the idea that it is possible to consume, since that the product is recyclable. Consumerism is also worth of planned obsolescence that is a strategy uses to change products frequently, though they still have used. This strategy causes to consumerism, it presents products with 'expiration date' (break the model and becomes obsolete in a short time). So when the product purchased is no longer use, buy a new one. This strategy leads to disposal of products and encourages the consumption on new. The planned obsolescence and emphasis on recycling (to the detriment of reduction of consumption) are strategies that reinforce the disposal



and consumerism. Trying to uncover these strategies about dynamic Conservatism, we need of an environmental education that emphasizes reflection and understanding of the processes and activities related to environmental issues. Keywords: consumption, planned obsolescence, reduce, reuse, recycle.

INTRODUÇÃO

A mão que eu cato o lixo
Não é a mão com que eu devia ter.
Não tenho para ganhar
Na mesa da minha casa
O pão bom de cada dia.
Como não tenho, aqui estou.
Catando lixo dos outros,
[...]
Não faz mal se ficou sujo,
Se os urubus beliscaram,
Se ratos roeram pedaços,
Mesmo estragado me serve,
Porque fome não tem luxo.
[...]
Quando como coisa podre
Depois me torço de dor
Fico pensando: tomara
Que esta dor um dia doa
Nos que tem tanto, mas tanto,
Que transformam pão em lixo
[...]
Não pareço, mas sou criança.
Por isso enquanto procuro
Restos de vida no chão,
Uma fome diferente,
Quem sabe é o pão da esperança
Esquento meu coração:
Que um dia criança nenhuma
Seja mão serva do lixo.

(Poema “Mão do lixo” de Tiago de Mello)

Ter tanto que se pode dar o luxo de jogar fora comida. Como chegamos a esse ponto? Que humanidade é essa que não percebe no outro um indivíduo pertencente à mesma espécie e que deveria poder pelo menos se alimentar dignamente? Talvez, por força de hábito, joga-se fora comida como se descarta um calçado que não mais serve. O poema nos faz refletir sobre o consumismo. O menino do poema fala dos “que tem tanto, mas tanto,/Que transformam pão em lixo.”. Por que alguns têm ‘tanto’ que podem jogar fora, e outros tão ‘pouco’ que precisam catar ‘lixo dos outros’ para conseguir comida? Não estamos pensando em roupas, celulares, automóveis, mas em comida, algo que deveria ser direito de qualquer ser vivo. E por que alguém



teria excesso? Provavelmente, por ter comprado mais do que poderia usar. E descartou. Jogou no lixo seu excesso, pois consome mais do que necessita.

Esse poema lembrou-me dos princípios dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). Essa sequência que inicia pela Redução o Consumo, depois fala de Reutilizar e por último cogitar em Reciclar é uma hierarquia que inicia pelo princípio que menos dano causa ao ambiente: Reduzir.

A Redução de consumo é o primeiro dos 3 R's, uma vez que está relacionado a uma atitude anterior ao ato de consumir; precisamos pensar e avaliar se aquilo que queremos obter é realmente necessário, se a aquisição não é movida apenas por uma falsa sensação de necessidade. Ao Reduzirmos o consumo, diminuimos a quantidade de lixo produzida e ainda reduzimos a retirada de material que seria usado para produzir novos produtos. Contudo, não podemos deixar de obter produtos, pois precisamos comer, precisamos de material de higiene, de limpeza e para nossas necessidades de trabalho e/ou estudo. Assim, quando a aquisição é realmente necessária ainda temos opções: podemos usar um produto que seja durável, que não vá ser descartado logo. Podemos Reutilizar um produto: uma folha de papel pode ser usada mais de uma vez, do mesmo modo embalagens podem ser aproveitadas para outros fins. Nesse sentido, se não podemos evitar a compra do produto nem podemos reutilizá-lo, resta-nos Reciclar (isso se o produto se prestar a esse fim). A Reciclagem, diferente da Reutilização, envolve um processo de modificação do produto. Coletam-se latinhas de alumínio, por exemplo, retira-se a tinta das mesmas e derrete-se o metal. Depois, essa liga é utilizada para fazer novas latinhas ou outros produtos de alumínio. Ou seja, para que o processo de Reciclagem ocorra, gasta-se energia e água, o que não ocorre na Reutilização.

Desse modo, podemos perceber que o ideal é tentarmos Reduzir o consumo, para depois Reutilizar e por último Reciclar, pois dessa forma diminuiremos o impacto causado pelo consumo ao ambiente. Entretanto, precisamos ficar atentos também à outra forma de incentivo ao consumo: a 'Obsolescência Planejada', ou como os produtos são feitos para que os troquemos com frequência, mesmo que ainda sirvam.

A Obsolescência Planejada (ou Programada), como ressalta Oliveira da Silva (2012 p.183-184)

não diz respeito apenas à durabilidade ou funcionalidade do produto – muitas formas estão juntas –, desde a tecnológica pura à forma psicológica em que para “ser feliz” o consumidor precisa adquirir o “último modelo” de qualquer coisa para seguir a moda, ou para satisfazer uma nova necessidade criada pelo mercado no “mundo das necessidades fabricadas”.

Temos, assim, produtos que servem ao propósito para os quais queremos, estão bons, funcionando, mas somos levados a acreditar que não são tão bons quanto os outros, estes, mais novos, cheios de *glamour* e frescor. Parecemos permanentemente interessados em 'novos amores', descartando os que a pouco eram nosso objeto de desejo. Por que será que deixamos o produto anterior por outro? O que nos impele a comprar? Sempre foi assim?



ESSA TAL OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA...

Segundo Oliveira da Silva (2012) a estratégia da Obsolescência programada não é nova. Ela cita o caso das lâmpadas elétricas: mesmo existindo tecnologia para que estas funcionassem por muito tempo, um cartel de fabricantes reunido, em 1920, em Genebra, resolveu limitar a validade das mesmas para 1000 horas.

Essa autora menciona, ainda, a proposta do economista Bernard London de transformar a obsolescência programada em uma estratégia obrigatória (presente na lei). Essa estratégia poderia tirar os Estados Unidos da recessão, pois “se as pessoas continuassem comprando, a indústria continuaria crescendo e todos teriam emprego” (OLIVEIRA DA SILVA, 2012 p. 183).

De acordo com Seda (2013), a proposta de Bernard London era que o governo controlasse o comportamento dos consumidores através da obsolescência planejada, não permitindo que os indivíduos reutilizassem os produtos além da validade. Embora a proposta de London não tenha vingado, aparentemente, não se perdeu. Tanto que Oliveira da Silva cita exemplos apresentados em um documentário, “Prêt à Jeter” (Pronto para jogar fora), que trata da Obsolescência programada: o episódio do cartel das lâmpadas, a “reprogramação” das meias de nylon femininas para durarem menos e a produção da obsolescência dos carros da Ford pela Chevrolet. Como os carros da Ford eram fortes e duráveis, campo esse que a Chevrolet não conseguia competir, passou a valer-se de “uma nova faceta da obsolescência programada: o design. Assim, a Ford tem motor, mas a Chevrolet tem design, e a cada novo design o anterior fica ‘velho’ exigindo a troca em períodos cada vez mais curtos” (OLIVEIRA DA SILVA, 2012 p.183).

Obsolescência, para induzir ao consumo de determinado produto, muda, portanto, o foco do consumidor. Deixa o ‘seguro’, o ‘forte’, para consumir o ‘belo’, mas não tão durável ou confiável. Mudam-se os valores e, com eles, o objetivo de compra. A confiabilidade, a segurança e a durabilidade de um bem são valores que não norteiam mais a aquisição de um produto: estão ultrapassados, pertencem à outra época, também vista como ‘ultrapassada’. Assim, os produtos passam a ser adquiridos pelo ‘charme’, pelo visual, pela ‘modernidade’ e não pela sua durabilidade, confiabilidade. Em uma sociedade que continuamente se renova, deve adquirir sempre produtos novos, com diversas funcionalidades, não importando se essas novas funcionalidades vão ser úteis ou apenas ‘penduricalhos’.

Como podemos perceber, nem sempre o consumismo e descarte foram metas da vida dos indivíduos. De acordo com Bauman (2008, p. 42-43), em épocas passadas, havia necessidade de segurança nas relações. Nesse período, prevalecia o acúmulo de bens e não o descarte: “Sendo a segurança a longo prazo o principal propósito e o maior valor, os bens adquiridos não se destinavam ao consumo imediato - pelo contrário, deviam ser protegidos da depreciação ou dispersão e permanecer intactos”.

Porém, como ressalta Bauman (2008), esse tipo de sociedade previdente, austera, que privilegia a estabilidade e durabilidade dos produtos, não poderia ser uma sociedade de consumidores. A sociedade de consumidores é formada a partir da mudança de valores: do “durável” (para toda a vida) passa-se para o “novo” o “top de linha”, momentâneo. Passa-se a desejar sempre coisas novas, descartáveis, por que não? Afinal, nesse novo contexto, em que o “novo” é mais interessante que o “durável”, não é desejável ficar “a vida toda” com o mesmo produto, seja ele um celular ou um fogão. Comprar um fogão que dure décadas é um despropósito nessa nova sociedade. Como manter em casa um modelo ultrapassado? O novo



modelo vem com funcionalidades interessantíssimas: ele cozinha no vapor e tem painel *touch* para controlar o cozimento e funcionamento. Como viver sem essas novidades?

Vivemos em uma sociedade consumista. Passamos

do consumo ao ‘consumismo’, quando aquele, como afirma Colin Campbell, tornou-se “especialmente importante, se não central” para a vida da maioria das pessoas, “o verdadeiro propósito da existência”. E quando “nossa capacidade de ‘querer’, ‘desejar’, ‘ansiar por’ e particularmente de experimentar tais emoções repetidas vezes de fato passou a sustentar a economia” do convívio humano. (BAUMAN, 2008 p. 38-39),

Depois desse curso, passei a observar como esse modelo, que nos induz ao descarte e consumismo, está presente em diversos momentos de nossa vida. Comecei a perceber coisas no cotidiano que até aquele momento não via; passei do ‘ver’ para o ‘reparar’, como diz Saramago¹.

Reparei em uma conversa banal, em um ponto de ônibus: uma moça estava reclamando que a mãe queria que ela consertasse um relógio. A jovem, por sua vez, discordava veementemente da mãe, não via sentido em consertar o relógio se podia comprar outro. Observando a conversa, imaginei o que a referida moça faria quanto ao relógio antigo: provavelmente jogaria no lixo. Fiquei pensando: por que a jovem não queria consertar? Talvez acreditasse que o preço de um produto novo fosse quase igual ao valor do conserto do antigo. Sendo assim, seria mais interessante a compra ao invés do conserto. Por que, atualmente, existe essa disparidade: produtos novos custando quase o preço do conserto de um usado? Segundo Calvão et al (2009), essa facilidade maior em comprar um computador novo que consertar o antigo é uma estratégia relacionada à ‘Obsolescência Planejada’.

Mészáros (2011, p. 670-671) indica a existência de “obsolescência embutida”, que é reforçada por “esforços manipulatórios de propaganda, que visam produzir a mesma ‘obsolescência prematura’ por outras vias”. Esse autor, citando Babbage, pensador do século XIX, assinala o perigo da durabilidade de um bem para a empresa que o produziu: esta fecharia as portas “expulsa do mercado pela permanência dos próprios produtos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 637). Produzir um bem que durasse indefinidamente seria prejudicial para o produtor, pois este dependeria do surgimento de novos consumidores para esse item. Esse pensador também explicita que o barateamento do preço de um produto pode diminuir a durabilidade do mesmo. Explica também o motivo de o conserto de um produto (mais barato) poder não ser economicamente viável: “Quando tais artigos são enviados para consumo em um lugar distante, e se quebram, muitas vezes ocorre que, sendo mais alto o preço do trabalho no lugar onde são usados do que naquele em que foram feitos, acaba ficando mais caro consertar o artigo velho do que comprar um novo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 636).

Sabia-se que produtos mais baratos tinham uma qualidade inferior, que estes poderiam quebrar mais rápido e o conserto talvez não fosse economicamente viável. Todavia, existiam produtos com maior durabilidade, pois, naquele contexto, não se produzia um produto com a ‘obsolescência embutida’. Como assinala Durning (1992 *apud* LAYRERGUES, 2002, p.183-

¹ “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Ensaio sobre a cegueira, José Saramago, 2000.



184), os eletrodomésticos produzidos em 1950, “eram muito mais resistentes do que os produzidos atualmente: eram fabricados para durar e não quebravam com facilidade; caso quebrassem, o conserto era economicamente viável, o que atualmente não é mais verdadeiro”.

Obsolescência programada, embutida, produtos que ‘nascem’ com tempo de “vida” restrito. Pensando na moça que resolveu comprar um novo relógio, ao invés de consertar o antigo, como a mãe sugeriu, podemos compreender a opção desta. Hoje, talvez, valha mais a pena comprar um novo produto que consertar. A moça que foi contra a ideia da mãe de consertar o relógio talvez estivesse economicamente certa. Entretanto, e se ela quisesse consertar o relógio? Conseguiria? Será que ainda existe espaço para o ‘consertar’ na conjuntura atual? Ou será que estamos fadados a acumular lixo dos produtos cada dia mais ‘descartáveis’? Parece que a sociedade esqueceu que se pode jogar o lixo “fora do alcance, mas não do ambiente em que se vive” (JACOBI; TEIXEIRA, 1998, p. 53).

Produzimos lixo quando descartamos os bens que adquirimos. E descartamos com muita facilidade. Parece que não queremos que os bens durem. A obsolescência já está dentro de nós. A cada dia, somos ‘bombardeados’ pela mídia, surgem novas necessidades (reais?). Compra-se um relógio novo, que tem diversas funcionalidades, entre elas, o de fornecer as horas. Contudo, essa característica (informar as horas) não é um diferencial, apesar de ser a função básica de um relógio. Não basta isso. Precisa ser resistente “a 200 metros de profundidade”. E o antigo relógio, que ainda funciona (informa as horas)? Faz-se o quê com ele? Talvez, dar a outrem. Afinal, diferente do relógio da jovem do início desse texto que foi substituído porque quebrou, esse nem chegou a quebrar. Mesmo assim foi substituído, descartado.

Por que descartar algo que ainda serve? De acordo com Layrargues (2002), o modo de produção capitalista tem como elementos vitais “a Obsolescência Planejada e a descartabilidade”. Dito de outro modo, para produzir mais e impulsionar a economia, são produzidos bens não duráveis e, estes, mesmo que não quebrem, serão considerados ‘obsoletos’ e substituídos em pouco tempo.

Dessa forma, a cada substituição de um produto antigo por um novo, mesmo sem perceber, produzimos lixo. Como consumimos cada vez mais, mais lixo produzimos. Demajorovic (1996), Figueiredo (1995) e Eigenheer (2003) trazem dados sobre a quantidade de resíduos sólidos, que tem aumentado, seguindo a tendência crescente de consumo. Como assinalam Soares, Salgueiro e Gazineu (2007), o lixo “resulta da atividade humana, sendo, por isso, considerado inesgotável”. Embora o lixo seja “inesgotável”, por que colocamos no lixo até mesmo o que não é lixo? Talvez, parte do que está no lixo, nem precisasse ser produzido se não fosse a ‘Obsolescência Planejada’ e o hábito de descartar. Descarta-se com facilidade, adquire-se um bem e, depois de um tempo, quando se acredita que ele não atende satisfatoriamente aos desejos, simplesmente, descarta-se esse e adquire-se outro. Simples, fácil, descartável.

A ideia de ter algo e, depois, se este “bem” não atender a todas as expectativas, trocar por outro, parece que chegou até mesmo às relações afetivas. Vimos notícias de crianças adotadas sendo devolvidas². Será que estamos “descartando” afetos?

Foi o que pensei ao ler um texto na internet, que trazia a resposta de um casal para manterem um casamento por mais de 65 anos: “Meu filho, nós nascemos em uma época em que quando algo quebrava, nós éramos ensinados a consertá-lo e não jogá-lo fora”³. Ao ler essa história, associei ao fato do relógio que a moça preferiu “jogar fora” a “consertar”. Quando foi

²Disponível em : <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/mulher-que-devolveu-crianca-adotada-tera-que-pagar-multa-de-r-300-mil-e-pensao-ate-os-18-anos-20120520.html?question=0>>.

³ Disponível em: <<http://www.micropequenasempresas.com.br/page/8/>>.



que passamos do ‘consertar’ para o ‘jogar fora’? Lembro que minha mãe me ensinou a “consertar” pregadores de roupa. Os que quebravam (geralmente uma parte) eram guardados e depois uníamos dois pedaços inteiros formando outro pregador (muitas vezes, com cada parte de uma cor diferente). Por que minha mãe fazia isso se pregadores são tão baratos? Não era mais fácil comprar pregadores novos? A resposta do casal da história acima parece indicar o pensamento da época: “consertava-se”, pois, nesse período, era o habitual a fazer. O hábito da época na qual o consumismo ainda não estava no auge era o de reutilizar o que fosse possível, só descartando quando não mais servisse. O que mudou? Por que mudamos do “consertar” para o “jogar fora”?

De acordo com Battisti et al (2011), essa mudança começou, provavelmente, a partir do início do século XX, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. Essa quebra econômica revelou um problema para a produção das fábricas: as empresas que produzissem muito sem vender poderiam falir. Dessa forma, para evitar que a produção ficasse encalhada, era necessário estimular o consumo.

Assim, produziu-se outro tipo de consumidor, ávido por novidades. Para reforçar o consumo, atrela-se a felicidade à capacidade de consumir. Relaciona-se poder comprar e descartar ao *status* e à felicidade. Como assinala Betts (2004, p. 67-68), “somos o que temos [...]. Se não temos, não somos. O potencial de consumo determina o grau de inclusão ou de exclusão social, de sucesso ou de insucesso, de felicidade ou de infelicidade”.

Acredita-se que a felicidade está associada ao possuir determinado bem: ser feliz depende de fatores externos, principalmente relacionados à capacidade de consumo: seremos plenamente felizes se tivermos um carro, uma casa, joias, e tudo o que o dinheiro possa comprar. em outras palavras, seremos felizes, se consumirmos. E no afã de encontrar a felicidade, consome-se cada vez mais.

Porém, essa ‘felicidade’, obtida pelo consumismo, é fugaz. Isso porque não está ligada ao benefício que o produto adquirido possa fornecer. Compramos o celular novo não para substituir um que está quebrado. Muitas vezes, nem é pelas novas funcionalidades, pois podemos obter um produto similar ao que já temos. Consumimos pelo *frisson* da compra, pelo prazer de consumir.

Como assinala Bauman (2008, p. 44-45), a felicidade, em uma sociedade consumista, está associada

não tanto à *satisfação* de necessidades [...], mas a um *volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes*, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la. [...] Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos; o advento do consumismo augura uma era de “obsolescência embutida” dos bens oferecidos no mercado e assinala um aumento espetacular na indústria da remoção do lixo”.

Essa relação entre felicidade e riqueza (que é demonstrada pelo poder de consumo), é percebida, por parte da população mundial, como uma verdade praticamente inquestionável, quanto mais dinheiro se tem, mais se pode comprar bens que trarão conforto, bem-estar e felicidade (BAUMAN, 2009).

No entanto, essa correlação não é tão inquestionável quanto parece. Bauman (2009, p. 7) cita trabalhos que desmentem pelo menos parcialmente a correlação riqueza / felicidade:



embora os índices de satisfação com a vida declarados cresçam amplamente em paralelo com o nível do PNB, eles só crescem de modo significativo até o ponto em que carência e pobreza dão lugar à satisfação das necessidades essenciais, “de sobrevivência” - e param de subir, ou tendem a decrescer drasticamente, com novos incrementos em termos de riqueza. [...] A estratégia de tornar as pessoas mais felizes aumentando suas rendas aparentemente não funciona.

Bauman (2009, p. 10) cita, ainda, um ataque que Kennedy proferiu sobre a crença do grau de felicidade baseado no PNB (Produto Nacional Bruto) “... o PNB mede tudo, menos o que faz a vida valer a pena”. De acordo com Bauman (2009), Kennedy cita alguns itens que não são levados em conta pelo PNB, tais como a saúde dos filhos, a beleza da poesia que é produzida no país, bem como a compaixão, a coragem e a sabedoria do povo.

Poderíamos acrescentar a essa lista o texto de uma carta atribuída a um chefe índio quando foi proposta a compra de suas terras pelo Presidente dos EUA: “Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa ideia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?”⁴.

Como seria possível comprar (e possuir) coisas como saúde, sabedoria, coragem, compaixão, que são imateriais, ou mesmo o céu, o calor da terra, o frescor do ar e o brilho da água? Por que acreditamos que a felicidade pode ser comprada (e vendida)? O que nos faz acreditar que a felicidade está atrelada à riqueza e poder de consumo?

Bauman (2004) destaca a efemeridade que esse “arrebato”, produzido pelo consumo de novos bens, provoca nos consumidores: depois de algum tempo de uso, mesmo quando o objeto ainda está em perfeito estado, ele “perde graça”. A “magia” e o “êxtase” proporcionados pela compra de um novo produto acabam. Não se percebe que é o poder de compra que dá a sensação de bem-estar e felicidade. Dessa forma, aqueles que não se envolvem na “roda viva” do comprar/descartar são vistos como pobres. Como afirma Bauman (2004, p. 68), “pobres daqueles que, em razão da escassez de recursos, são condenados a continuar usando bens que não mais contêm a promessa de sensações novas e inéditas”. Para não sermos vistos como “pobres”, precisamos consumir e descartar. Como nos alerta Bauman (2004, p. 67-68), o que caracteriza o consumismo não é o acúmulo de bens, “mas usá-los e descartá-los em seguida a fim de abrir espaço para outros bens e usos. [...] É a rotatividade, não o volume de compras, que mede o sucesso na vida do *homo consumens*”.

Consome-se exageradamente, luxuosamente, como afirma Leff (2006). Tal comportamento é o “estilo de vida” atual, no qual o consumo faz parte do cotidiano e não se pensa nas consequências do mesmo para o ambiente. Ao consumirmos, retiramos do ambiente material para a produção dos bens que adquirimos e que mesmo sem descartar o produto geramos lixo. As embalagens que servem para acondicionar o produto são descartadas assim que recebemos o que compramos. Isso significa que, ao comprarmos um produto, automaticamente geramos lixo. Entretanto, não deixamos de comprar um produto apenas por ele estar acondicionado em caixas e sacolas. Talvez, em virtude de tais caixas e sacolas serem vistas como “recicláveis”, produzimos muito mais lixo que necessário.

Esse consumo exacerbado, que gera muito mais lixo que necessário, é considerado por Reigota (2006) um grande problema ambiental. Desse modo, torna-se essencial, para diminuir o

⁴ Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/institucional/institucional/67-carta-do-chefe-seattle>>.



impacto das ações humanas sobre o ambiente, que os indivíduos possam compreender mais amplamente as origens dos problemas ambientais (dentre eles, o do lixo).

Podemos perceber que a produção do lixo está diretamente associada ao consumismo e à descartabilidade. Mesmo de forma inconsciente, sem refletir sobre as consequências de atos corriqueiros, como jogar fora algo que não nos serve mais, ou por sermos levados ao descarte por não conseguirmos consertar determinado produto, geramos lixo. Porém, não questionamos os motivos pelos quais a compra de um produto novo é economicamente mais viável que o conserto do usado, ou se realmente necessitamos comprar um novo produto.

Não estamos agindo criticamente, apenas consumimos passivamente, sendo conduzidos como gado para o abate. Nosso “abate”, como espécie, pode estar no mau uso dos recursos do planeta. Retiramos material do ambiente para a produção de bens e, depois, descartamos no ambiente, não só o produto que consumimos, mas também embalagens e todo o aparato que cerca a produção do mesmo. Isto porque, como assinala Reigota (1998, p. 45), nosso “estilo de vida tem no consumismo a sua razão de ser. Consome-se uma enorme quantidade de produtos perecíveis, desnecessários, descartáveis, e recursos naturais não renováveis e poluidores”.

Consumimos desnecessariamente. Talvez por acreditarmos na mensagem implícita no discurso oficial: os efeitos nocivos do consumismo podem ser neutralizados pela Reciclagem. Dessa forma, “recicla-se para não reduzir o consumo. Afinal, a Reciclagem representa, além da salvação da cultura do consumismo, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e da Obsolescência Planejada” (LAYRARGUES, 2002, p. 189).

Essa estratégia de colocar a Reciclagem em primeiro plano ao invés de tratar primeiro a Redução de Consumo, faz parte de uma linha de discussão que está presente na Educação Ambiental: o “Conservadorismo Dinâmico”⁵. (LAYRARGUES, 2002). De acordo com esse autor, por esse mecanismo

o discurso ecológico oficial aceita o alternativo antes que se torne ameaçador para a seguir absorver-lhe apenas os elementos compatíveis - a Reciclagem, a redução do desperdício e o reaproveitamento - suprimindo-lhe o elemento crítico - a redução do consumo. O efeito dessa estratégia para o ambientalismo alternativo é anestésico, pois os grupos sociais dessa vertente veem, com certa ingenuidade, o discurso da Reciclagem como uma conquista gradual de suas reivindicações, sem perceber a anulação do poder crítico da ideologia contra-hegemônica (LAYRARGUES, 2002 p. 188).

A mudança que é propagada, na realidade, é feita para acalmar as reivindicações, mas não para ser efetivada. Mudar, nesse caso, é uma estratégia para não mudar. É uma forma de manter o controle da situação. Para manter tudo como está, com a aparência de que algo está sendo feito, o Conservadorismo Dinâmico utiliza-se de artifícios que servem para a manutenção do *status quo*. Um desses artifícios é a Reciclagem, como assinala Layrergues (2002). Contudo, por que (e como) a Reciclagem serve ao Conservadorismo Dinâmico? Qual a relação entre Reciclagem (último dos 3 R's) e a Obsolescência programada?

⁵ De acordo com Guimarães (1990), esse termo é usado por Schön (1973), para tratar de mudanças que não serão realmente efetivadas, as “mudanças cosméticas”.



OS 3 R's

A política dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar) propõe uma hierarquia entre estes princípios, e autores como Blauth (1997), Ferreira (2000), Layrargues (2002), Cinquetti (2004), Soares, Salgueiro e Gazineu (2007) reforçam essa hierarquia assinalando a Reciclagem como último recurso a ser utilizado. Essa hierarquia também é observada no Art. 9º da Lei que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). Este artigo diz que existe a seguinte ordem de prioridade na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos: “não geração, redução, reutilização, reciclagem”. Como já falamos, a Redução de consumo é o primeiro dos 3 R's, visto que, ao diminuirmos o consumo, retiramos menos material do ambiente (o que não ocorre com a Reutilização e Reciclagem, que são etapas pós-consumo, quando o material para confecção do produto já foi retirado do ambiente). Dos três princípios, a Redução de consumo é, de longe, o que deveria ser mais praticado e estimulado, mas não é isso o que acontece.

Reutilizar, segundo a Lei de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), é o “processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química”, já a Reciclagem é o “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos”. Ou seja, quando utilizamos embalagens para produzir artesanato, cadeiras ou qualquer outro material, sem que haja transformação do material utilizado, na realidade, estamos reutilizando e não reciclando.

Não reciclamos em nossa casa, separamos material para a coleta seletiva que irá encaminhar esse produto para a reciclagem. A reciclagem ocorre quando há modificação do produto. Coletamos papel/papelão já utilizado. Se esse papel for usado sem modificação (para embrulhar outro produto, por exemplo) estaremos reutilizando o mesmo. Mas se esse papel/papelão for levado à indústria e transformado em novo papel, é reciclagem. Podemos perceber que, ao optarmos por Reduzir o consumo, causamos menos danos ao ambiente que se fôssemos Reciclar, pois “reciclar qualquer material também consome água, energia e polui o ambiente” (BLAUTH, 1997, p.11).

Porém, mesmo com a hierarquia dos 3 R's, explicitando a importância da Redução de Consumo, esta é pouco discutida. Enfatiza-se a Reciclagem, em detrimento da Redução de consumo. Como assinala Layrargues (2002, p. 187),

o discurso ecológico oficial altera a ordem de prioridade da Pedagogia dos 3R's: confere máxima importância à Reciclagem, em detrimento da redução do consumo e do reaproveitamento; desativa a redução do consumo, mas para evitar a formação de uma lacuna, transporta a importância da redução do consumo para o desperdício; e mantém o discurso quando afirma a necessidade da reutilização, mas sem grande interesse, até porque sua aceitação é controversa, já que envolve questões culturais relativas à posição social. A Pedagogia dos 3R's preconizada pelo discurso ecológico oficial torna-se uma prática comportamentalista, ao invés de reflexiva, pois reduz a Pedagogia dos 3R's à Pedagogia da Reciclagem.



Por que a Reciclagem é colocada em maior evidência? Consoante Ferreira (2000), a ideia de Reciclagem passou a ter mais força depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), em 1992. Na esteira de tais discussões, segundo esse autor, a maior evidência da Reciclagem em detrimento da Redução do Consumo e da Reutilização ocorreu em virtude do emprego de um volume de recursos de empresas para promoção daquela que deveria ser apenas a última etapa da Pedagogia dos 3 R's. O que motivou essas empresas a promoverem a Reciclagem está relacionado ao consumismo. Ao citar Adams (1995), Layrargues (2002, p. 188) ressalta que

Se o consumismo gera um risco ambiental para a sociedade moderna através do esgotamento dos recursos naturais e da saturação dos depósitos de lixo, criam-se mecanismos que garantem o controle desse risco, o que aqui se traduz pela reciclabilidade. Dessa forma, ao invés de se reduzir o consumo, cria-se a oportunidade de manter o padrão convencional de consumo, [...], e a Reciclagem passa a desempenhar a função de compensação do risco do consumismo. Contudo, trata-se de uma falsa segurança, que significa a alienação da realidade, a qual cumpre a função de gerar a sensação de que um comportamento ambientalmente correto - a Reciclagem - contribuirá para a resolução de um problema, quando, na verdade, camufla a crítica ao consumismo.

A Reciclagem serve bem ao Conservadorismo Dinâmico, pois faz com que as pessoas acreditem que, se praticarem essa técnica, o consumismo não deixará resíduos (ou deixará poucos). Assim, para continuarem consumindo, exige-se deles apenas alguns cuidados, como escolher elementos recicláveis e, se possível, separar os materiais que possam servir a esse propósito. Por conseguinte, esses consumidores serão percebidos (e também se perceberão) como 'verdes', ecologicamente corretos. Porém, como assinala Layrargues (2002, p. 221)

o verdadeiro consumidor verde, ou melhor, o verdadeiro cidadão consciente e responsável não é aquele que escolhe consumir preferencialmente produtos recicláveis, ou que se engaja voluntariamente nos programas de reciclagem, mas aquele que cobra do Poder Público, por meio de processos coletivos de pressão, que o mercado ponha um fim na obsolescência planejada e na descartabilidade.

Para que esse cidadão consciente e responsável seja maioria na sociedade, é necessário que se desvele as estratégias adotadas pelo Conservadorismo Dinâmico para manter o *status quo*. As estratégias de "mudar para não mudar" devem ser desmascaradas, colocadas em evidência, pois, só assim, poderemos conseguir formar cidadãos realmente conscientes e aptos a reivindicar seus direitos. Todavia, como poderá surgir esse cidadão?



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Como forma de tentar mudar esse panorama, “recorre-se à educação como esperança para resolver a situação da crise ambiental, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento e à melhor atitude para o meio.” (ARAÚJO, 2004, p. 32). A Educação e, em especial, a Educação Ambiental, foi convocada como tentativa de mudar a relação do ser humano com o meio em que vive. Contudo, essa Educação Ambiental deve ser questionadora, e não mantenedora do *status quo*. Deve propiciar a “desconstrução de clichês e slogans simplistas sobre as questões ambientais e a construção de um conhecimento mínimo [...] sobre temas complexos e desafiadores de nossa época.” (REIGOTA, 1998, p. 49). Sendo assim, deve possibilitar a percepção mais aguçada dos mecanismos utilizados pela Obsolescência Planejada e do consumismo para que as pessoas não caiam nas suas armadilhas.

De acordo com Layrargues (2002, p. 180), nem mesmo nos programas de Educação Ambiental que são desenvolvidos nas escolas, a proposta da Reciclagem é colocada em segundo plano:

muitos programas de Educação Ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da Reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo.

Tal prática, conforme assinala esse autor, adota a Reciclagem do lixo “como uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo” (LAYRARGUES, 2002, p. 180).

Fath (2011), ao pesquisar as atividades relacionadas à Educação Ambiental de cinco escolas públicas (duas de São Paulo e três de Santa Catarina), observou que o tema “Coleta Seletiva” esteve presente em todas as instituições estudadas. Essa pesquisadora chama a atenção para as gincanas que trazem algum tipo de recompensa a quem trazer maior quantidade de materiais recicláveis, pois tal atividade “pode incentivar o consumo sem a devida reflexão em torno dos ciclos envolvidos no meio ambiente” (FATH, 2011, p. 51). Bigotto (2008), pesquisando as práticas de professoras de 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental em São Paulo, percebeu que estas “defendiam e estimulavam práticas de Reciclagem [...], mas em nenhum momento discutiam a questão do consumismo desenfreado dos modos de produção capitalista” (BIGOTTO, 2008, p. 110).

Através dessas pesquisas, podemos perceber a importância que a Reciclagem tem no âmbito escolar. Em alguns casos, o tema é desenvolvido sem que professores(as) sequer percebam que é mais importante Reduzir o Consumo para depois Reutilizar e, por fim, realizar a Reciclagem. Ao utilizarem a Reciclagem como atividade fim, perde-se aquilo que deveria ser o mais importante no desenvolvimento desta atividade: a discussão e reflexão sobre os motivos que nos levam a reciclar, isto é, a necessidade de diminuir a retirada de material do ambiente e, principalmente, a necessidade de diminuir o lixo gerado. Esse segundo ponto poderia servir de mote para o debate do tema principal dos 3 R's: a Redução do Consumo.

Um trabalho de Educação Ambiental deve inserir estes aspectos na discussão para que possibilite o desenvolvimento da criticidade dos alunos e, assim, formar cidadãos com plena



capacidade de escolha e ação frente a propostas de consumo que são ambientalmente danosas. Como assinala Araújo (2004, p. 35), a priorização de atividades-fim, pontuais, como Coleta Seletiva e Reciclagem “não permitem aos alunos a aquisição de conceitos válidos para a compreensão do ambiente com fenômenos complexos e valores para a construção da consciência ambiental, terminam por estimulá-los em ações [...] desarticuladas do processo educativo”.

O processo educativo é visto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Temas Transversais (BRASIL, 1998, p. 180) – como essencial à formação de uma nova forma de vivenciar o mundo, “no qual a educação tem um importante papel a desempenhar”. Esse documento indica a Educação como forma de promover mudanças na forma como o ser humano atua sobre o seu ambiente. A proposta dos PCN – Temas Transversais – está em consonância com a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, ocorrida em Tbilisi. De acordo com Dias (2004, p. 107), o documento produzido ao final desse evento afirmava que:

Um objetivo fundamental da Educação Ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente.

O documento produzido ao final da Conferência de Tbilisi indica a importância da compreensão de diversos aspectos do ambiente para que se possa participar de forma efetiva nas questões ambientais. Formar indivíduos que estejam capacitados a entender inter-relações existentes entre os elementos que constituem o ambiente é objetivo fundamental para a Educação Ambiental.

A Conferência de Tbilisi é considerada um marco para a Educação Ambiental (DIAS, 2004), tendo em vista que, a partir dela, as concepções sobre meio ambiente foram ampliadas e, do mesmo modo, passou-se de uma visão conservacionista para uma mais integradora. Como salienta Araújo (2004), foi a partir da Conferência de Tbilisi que foi proposto conceber o ambiente “em seu sentido mais amplo, considerando as interdependências econômicas, políticas e ecológicas que se realizam no meio ambiente” (ARAÚJO, 2004, p. 69).

Conforme Dias (2004), o documento produzido na Conferência de Tbilisi traz os Princípios básicos da Educação Ambiental, dentre os quais destacamos: “8. Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais” (DIAS, 2004, p. 122) e “9. destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas” (DIAS, 2004, p. 123).

Dessa forma, ao realizar um trabalho de Educação Ambiental, deve-se procurar incentivar a reflexão sobre as reais causas (e responsabilidades) dos problemas ambientais. Não basta dizer, por exemplo, que “o ser humano está poluindo o planeta”. Essa afirmação é genérica e não fornece pistas de “quem” está poluindo, ou “como” é essa poluição, e “o que” está sendo poluído. Também não deixa claras as consequências dessa poluição. Sem essas informações, não se pode cobrar responsabilidades de ninguém, ou se cobra de forma genérica “do poder público” ou “das empresas”. Não fica evidente o que o poder público não está fazendo para evitar ou



minimizar a poluição ou quais empresas poluem. Sem incentivar a reflexão sobre os temas discutidos, o trabalho de Educação Ambiental pouco contribui para a resolução dos problemas ambientais.

Além disso, não existe uma formação do senso crítico quando apenas são fornecidas informações sobre o processo ecológico. Falar de cadeia alimentar e como determinados poluentes concentram-se ao longo desta não fornece meios para a criticidade dos motivos pelos quais tal poluição acontece (ou porque se permite que aconteça), se existem meios de minimizar ou até mesmo evitar. A crítica desses processos é essencial para que os indivíduos sejam empoderados e possam lutar pelos seus direitos de maneira mais eficaz.

Dessa forma, corroboramos com Reigota (2006), no sentido de que a Educação Ambiental deve ser uma ação política, uma educação que transcenda o informar e que prepare os cidadãos “para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 2006, p. 10). Para esse autor, a Educação Ambiental deve preparar os indivíduos para compreender primeiro “a questão *por que* fazer do que *como* fazer. Ela questiona as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica” (REIGOTA, 2006, p.10). Deve-se, assim, priorizar a reflexão e compreensão dos processos e atividades referentes às questões ambientais ao desenvolver trabalhos de Educação Ambiental, para propiciar aos sujeitos uma formação ampla sobre a complexidade das inter-relações existente entre os elementos que compõem o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procuramos discutir a necessidade de uma Educação ambiental crítica para que estratégias como a Obsolescência planejada e a pedagogia dos 3 R's (com ênfase na Reciclagem em detrimento da Redução de consumo) sejam desveladas. Tais estratégias são utilizadas para intensificar o consumismo e, conseqüentemente, aumentar o volume de lixo e o desgaste ambiental.

A Obsolescência induz ao consumismo, pois apresenta produtos com “validade programada”, seja por serem constituídos de material frágil (não irá durar), seja em virtude de o modelo adquirido tornar-se obsoleto em pouco tempo. Dessa forma, quando o produto adquirido não serve mais, comprar-se-á novos. Essa estratégia induz ao descarte de produtos e estimula o consumo de novos.

Todavia, essa estratégia não é suficiente para estimular o consumo quando as pessoas se preocupam com o lixo e com os danos provocados ao ambiente pelo consumismo. Essas pessoas já receberam informações sobre os problemas ambientais e, de alguma forma, foram sensibilizados pela Educação ambiental.

Por causa dessa primeira “sensibilização ecológica” por parte dos consumidores, receu-se de uma possível redução de consumo. Consumidores poderiam deixar de obter um produto, se este não fosse “ecologicamente correto”. Para evitar essa diminuição do consumo, utilizou-se de outra estratégia: o estímulo à Reciclagem. Ela serviria como forma de “acalmar a consciência” dos consumidores.

Assim, para manter o consumismo em alta e diminuir a pressão dos indivíduos que clamam por um ambiente limpo, vale-se de artifício do Conservadorismo dinâmico: faz-se de



conta que algo está sendo feito, que estão tomando providências para diminuir o impacto ambiental, mas, na realidade, é apenas uma estratégia para que o consumo não diminua. O estímulo à Reciclagem traz implícita a ideia que “se você recicla, pode consumir”.

A Reciclagem é colocada como uma estratégia ‘salvadora’. Salvadora sim, mas não tanto do ambiente. Ela serve para reduzir a pressão causada pelo movimento ambiental e manter o consumo e os lucros em alta. Embora a Reciclagem até auxilie na redução do lixo (já que reutiliza parte do que é consumido), é bem menos eficiente para diminuir a ação antrópica que a Redução de consumo. Isso ocorre, pois, para reciclar, se gasta água e energia. Porém, para a população, o que fica é a ideia de que Reciclar é algo muito importante. Não se discute a Redução de consumo nem se questiona o porquê de os produtos terem “validade programada”. Recicla-se para consumir livremente. Consumir produtos que nem sempre são necessários ou que poderiam durar mais.

A proposta da Obsolescência programada está intrinsecamente ligada à ideia da exaltação da Reciclagem para, juntas, promoverem cada vez mais o consumismo. A primeira induz ao descarte e consumo de novos produtos em pouco tempo, a segunda, por sua vez, apazigua a consciência dos indivíduos, deixando-os tranquilos para consumirem sem preocupações, pois se apregoa que, ao Reciclar, o ambiente está sendo protegido. Dois mecanismos que atuam eficientemente, sem serem desvelados ou discutidos. Mudaram-se os valores de forma sutil, passou-se do ‘reutilizar’ para o ‘reciclar’ sem que as pessoas o percebessem. Passamos do refrigerante acondicionado em garrafas retornáveis para as latas de alumínio ou garrafas pet. Latas e garrafas que vão para o lixo. Contudo, para a consciência do consumidor ficar tranquila, deixa-se aberta a possibilidade de ‘reciclar’ esse material, sem cogitar a ideia de que tal reciclagem possa não existir.

Nesse contexto, com a consciência tranquila por adquirir um produto “reciclável”, o consumidor se sente livre para adquirir novos bens, aqueles que continuamente lhes são apresentados como o “top de linha”, pela Obsolescência programada. Vive-se, assim, em um “ciclo” entre Consumo, Obsolescência programada, Reciclagem, Consumo, Obsolescência programada, Reciclagem, Consumo, um “ciclo” que lembra o símbolo da Reciclagem, um retorno sem fim ao consumo.

Como quebrar esse ciclo? O que fazer para desvelar os “efeitos cosméticos” da Obsolescência programada, da Reciclagem ou qualquer outra estratégia do Conservadorismo dinâmico? Precisamos que nossa sociedade seja esclarecida desses artifícios e possa entender que optar por produtos “recicláveis” não a autoriza a manter o consumo exacerbado. Que a atitude mais efetiva para a manutenção do ambiente e da nossa própria existência é a “Redução de consumo”. Para tal tarefa, necessitamos de uma Educação Ambiental que forme cidadãos críticos, reflexivos. Cidadãos que entendam a necessidade de uma mudança nos valores e na forma de perceber o consumo, que compreendam que não devem ser reféns de um estilo de vida luxuriosamente consumista e perdulário. Cidadãos que devem tomar as rédeas da história e colocar a vida como valor primordial. Precisamos reaprender a consumir para que todos possam viver com dignidade para que, desse modo, “criança nenhuma/Seja mão serva do lixo”.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. I. O. **A dimensão ambiental nos currículos de formação de professores de Biologia**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BATTISTI, F. G. et al. Tecnologia e felicidade: a obsolescência do consumismo. In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 39, 2011, Blumenau. **Anais eletrônicos...** Blumenau:UFSC, 2011. Disponível em <<http://www.nepet.ufsc.br/Artigos/Cbg-2011-ThiagoTaranto-Felipe%20Battisti-Felicidade.CORRIGIDO.pdf>>. Acesso em: 12 ago.2012.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BETTS, J. A. Sociedade de consumo e toxicomania – consumir ou não ser. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA**: Tóxicos e manias, Porto Alegre, n. 26, p. 65-81, 2004. Disponível em: <http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista26_-_sociedade_de_consumo_e_toxicomanias.pdf> Acesso em: 17 ago 2012.

BLAUTH, P. **Rotulagem ambiental e consciência ecológica**. Debates Socioambientais, São Paulo, n.5, 1997.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública**. 2008. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BLAUTH, P. **Rotulagem ambiental e consciência ecológica**. Debates Socioambientais, São Paulo, n.5, 1997.

BRASIL . Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 09 ago 2012.

CALVÃO, A. M. et al . O Lixo Computacional na Sociedade Contemporânea. In: ENINED - ENCONTRO NACIONAL DE INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO, 1, 1999, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Cascavel: UNIOESTE, 1999. Disponível em: <<http://www.inf.unioeste.br/enined/2009/anais/enined/A29.pdf>>. Acesso em 07 jul 2012.



CINQUETTI, H. C. S. Lixo, resíduos sólidos e reciclagem: uma análise comparativa de recursos didáticos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 23, p. 307-333, 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2165>> . Acesso em 06 jul 2012.

Demajorovic (1996),

DEMAJOROVIC, J. A evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos e seus instrumentos. **Cadernos Fundap**, São Paulo, p.47-58, mai/ago 1996. Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad20/Fundap%2020/A%20EVOLUCAO%20DOS%20MODELOS%20DE%20GESTAO%20DE%20RESIDUOS%20SOLIDOS%20E%20SEUS.pdf>>. Acesso em: 02 set 2012.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

EIGENHEER, E. M. **Lixo, vanitas e morte**. Niterói: Eduff, 2003

FAHT, E. C. **Diagnóstico e análise de atividades relacionadas à educação ambiental em escolas públicas de São Paulo- SP e Blumenau-SC**. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química e Instituto de Biociências. 2011.

FERREIRA, J. A. Resíduos sólidos: perspectivas atuais. In: SISINNO, C.L.S.; OLIVEIRA, R.M. de. (Org.) **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 19-40.

FIGUEIREDO, P. J. M. **A Sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. 2 ed. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1995.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. C. Resíduos sólidos e educação ambiental: quando a vontade influi nas políticas públicas. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. de. (Org.). **Educação, meio ambiente e cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998, p. 53-60.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA DA SILVA, M. B. Obsolescência programada e teoria do decrescimento versus direito ao desenvolvimento e ao consumo (sustentáveis). **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.9, n.17, p. 181-196, jan/jun 2012. Disponível em:

<<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/252>> Acesso em 12 jan 2013.



REIGOTA, M. Desafios à Educação Ambiental Escolar. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. de. (Org.). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania**. São Paulo:SMA/CEAM, 1998, p. 43-53.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. 58^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEDA, C. Financial Literacy: the Hidden Curriculum, and Ecological Injustice. **Journal of Sustainability Education**, v. 4, January 2013. Disponível em:

<
<http://www.jsedimensions.org/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/CarmenSedaWinter2013.pdf>> . Acesso: 22 mar 2013

SOARES, L.G.C; SALGUEIRO, A.A; GAZINEU, M.H.P. **Educação Ambiental aplicada aos Resíduos Sólidos na cidade de Olinda, Pernambuco**: Um Estudo De Caso. Revista Ciências & Tecnologia, Recife, v. 1, p. 33-41, 2007. Disponível em: <http://www.unicap.br/revistas/revista_e/artigo5.pdf>. Acesso: jun 2012

